



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006736-80.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Danielle Cristina de Lima Xavier**
 Requerido: **DALTO E SIEBENEICHLER LTDA EPP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

A autora sustentou que uma motocicleta de sua propriedade, que estava regularmente estacionada em frente ao seu local de trabalho, foi atingida por um caminhão da ré, sofrendo avarias.

Já a ré alegou que seu caminhão se encontrava estacionado de forma regular quando a autora parou a motocicleta "colada" à sua frente, de sorte que o motorista daquele não teve responsabilidade pelo evento porque não podia ver a motocicleta e porque não tinha outra alternativa para sair do lugar.

As preliminares suscitadas pela ré em contestação não merecem acolhimento.

Isso porque independentemente do acionamento do seguro por parte da mesma, é incontroverso que a autora não recebeu valor algum para a reparação de sua motocicleta, pouco importando quem teria dado causa a isso.

O fato objetivo reside na ausência de ressarcimento dos prejuízos experimentados pela autora, de sorte que não se cogita de perda de objeto da ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por outro lado, o documento de fl. 14 atesta que a motocicleta estava em nome do marido da autora e, como se não bastasse, o documento de fls. 11/13 evidencia que a autora era a pessoa que estava então com a motocicleta, o que bastaria a conferir-lhe legitimidade para a propositura da ação.

O Colendo Supremo Tribunal Federal já se manifestou nessa direção

“Tem legitimidade ativa *ad causam* para o pleito o motorista que se achava ao volante do veículo quando do evento e padeceu o prejuízo dele advindo, pois detém a posse do veículo e pode responsabilizar-se perante o proprietário” (AgRg no Ag 556138/RS, Rel. Ministro **LUIZ FUX**, 1ª Turma, j. 18/03/2004, DJ 05/04/2004, p. 213).

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.

No mérito, as testemunhas inquiridas confirmaram que o caminhão da ré atingiu a motocicleta da autora quando a mesma estava regularmente estacionada.

Tal dinâmica denota a culpa do motorista desse veículo e os argumentos expendidos em contestação não eximem a responsabilidade da ré, seja porque ela não produziu provas minimamente seguras de que a motocicleta foi estacionada posteriormente ao caminhão, seja porque mesmo que assim fosse ele tinha condições de evitar a colisão se prestasse a necessária atenção ao que estava à sua frente.

Aliás, se reputasse inviável movimentar o caminhão, à evidência não poderia por isso sair passando por cima do que eventualmente o impedisse de fazê-lo.

Em consequência, firmada a convicção da culpa do empregado da ré, é inarredável o seu dever em reparar os danos suportados pela autora.

Quanto aos materiais, estão cristalizados nos documentos de fls. 16/19, que descrevem satisfatoriamente o que seria necessário à recuperação da motocicleta.

A ré não apresentou dados seguros que permitissem vislumbrar algum excesso na troca de peças, até porque sequer delimitou concretamente quais seriam então os reparos que se deveriam realizar, com o respectivo montante.

Prospera, portanto, o pedido no particular.

Solução diversa apresenta-se à indenização para ressarcimento de danos morais.

A ré comprovou pelo documento de fl. 44 que acionou sua seguradora em tempo razoável, chegando a mesma inclusive a liberar o conserto.

No mesmo sentido foi o depoimento da testemunha Sérgio Augusto Schneider.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A par de saber por qual motivo isso não se implementou, o certo é que não se nota desídia da ré no trato da questão ou, por outras palavras, tem-se que ela tomou as providências que lhe seriam exigíveis para a solução do problema posto em espaço aceitável.

Careceria de fundamento nesse contexto atribuir-lhe a demora pela reparação da motocicleta da autora.

Outrossim, qualquer pessoa que se disponha a trafegar com um veículo sabe da possibilidade de envolver-se em acidentes e da demora que poderá advir daí para o retorno ao status quo ante.

Se assim é, não se me afigura possível invocar tal situação para a configuração de danos morais, os quais não entendo presentes.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.303,00, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2014 (época de elaboração do orçamento de fl. 17), e de juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**